

SOBRE EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS E O PROCESSO FORMATIVO: QUESTÕES PARA O DEBATE

*Francisco André Silva Martins¹
Geraldo Magela Pereira Leão²*

Resumo:

Este artigo tem como proposta central apresentar reflexões em torno dos conceitos de experiência, participação política e militância. A pretensão é a de promover uma interlocução entre as potencialidades formativas inerentes aos sujeitos inseridos e engajados em experiências participativas e de militância em movimentos sociais da contemporaneidade. O arcabouço teórico aqui debatido subsidiou uma pesquisa em Educação que investigou as experiências participativas de um grupo de jovens militantes atuantes em uma ocupação urbana, buscando compreender as dimensões formativas desse tipo de engajamento. Nesse mesmo contexto, foi estabelecido um debate com foco na complexidade da sociedade atual e nas potencialidades e possibilidades participativas/formativas proporcionadas pela realidade social, bem como uma discussão em torno dos conceitos de sujeito, indivíduo e ator.

Palavras-chave: Experiência formativa. Participação política. Militância. Movimentos sociais.

1 Doutor em Educação pela FaE-UFMG. Professor efetivo da FaE-UEMG, Campus BH. Pesquisador do NEPEJA (Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos). Pesquisador do Observatório da Juventude FaE-UFMG.

E-mail: fasm.historia@yahoo.com.br

2 Pós-doutor em Educação pela UFF. Doutor em Educação pela USP. Professor da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação FaE-UFMG. Membro da coordenação do Observatório da Juventude FaE-UFMG.

E-mail: gleao2001@gmail.com

PARTICIPATORY EXPERIENCES AND THE TRAINING PROCESS: QUESTIONS FOR DISCUSSION

*Francisco André Silva Martins
Geraldo Magela Pereira Leão*

Abstract:

This article's main purpose is to present reflections on the concepts of experience, political participation and militancy. The intention is to promote a dialogue between the formative potentialities inherent to the subjects inserted and engaged in participatory experiences and in militancy in contemporary social movements. The theoretical framework discussed here subsidized a research in Education that investigated the participatory experiences of a group of young militants who worked in an urban occupation, aiming to understand the formative dimensions of this type of engagement. In this same context, a debate was established focusing on the complexity of current society and the participatory / formative potential and possibilities provided by this social reality, as well as a discussion of the concepts of subject, individual and actor.

Keywords: Formative experience. Political participation. Militancy. Social movements.

Apontamentos iniciais

Este trabalho tem como proposta central apresentar algumas reflexões em torno do conceito de experiência, participação e militância, bem como promover interlocução com as potencialidades do processo formativo inerente aos sujeitos inseridos e engajados em experiências participativas e de militância em movimentos sociais da contemporaneidade. O arcabouço teórico aqui apresentado subsidiou uma pesquisa de doutorado em Educação³ que investigou as experiências participativas de um grupo de jovens militantes atuantes em uma ocupação urbana, buscando compreender as dimensões formativas desse tipo de engajamento.

A ocupação estudada teve início no dia 09 de abril do ano de 2009. O nome Dandara faz menção à companheira de Zumbi, liderança feminina do Quilombo de Palmares. Ao frequentar o dia a dia, pôde-se perceber a existência de um outro horizonte dentro de Belo Horizonte. Um outro lugar, ou um não lugar. A imagem remete a uma ilha, sem luz, sem água, sem saneamento, incrustada no interior de bairros devidamente estruturados. Marcas dos grandes centros urbanos que delimitam claramente os lugares sociais das classes populares e das classes abastadas.

Quando dos primeiros esforços para elaborar a proposta de pesquisa, ainda não havia no horizonte da investigação um movimento social específico a se pesquisar, bem como não havia os jovens a serem pesquisados. Tudo isso estava por ser delimitado mediante o processo de construção e consolidação da própria pesquisa. Nesse sentido, um primeiro esforço deu-se na busca pelo estabelecimento de uma cartografia das mais variadas organizações juvenis que atuavam na cidade de Belo Horizonte. Esse mapeamento foi feito por meio de uma pesquisa exploratória (VIANNA, 2007) e envolveu a participação em atividades e eventos relacionados a organizações de jovens na cidade durante o ano de 2012.

Trafegando em um emaranhado de ações, um movimento específico se destacou: o das Brigadas Populares. Esse movimento é caracterizado, pelos membros que o compõem, como um movimento de caráter popular, de massa, que busca o nacionalismo revolucionário, conceitualmente alicerçado na teoria marxista e na busca por uma transformação social processual e gradativa (SOUSA, 2014). A opção foi por estudar um coletivo de jovens vinculado às

³ MARTINS, Francisco André Silva. Vivendo e aprendendo a jogar: dimensões formativas de experiências participativas de ação coletiva e militância de jovens em uma ocupação urbana em Belo Horizonte. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Faculdade de Educação – FaE, 2016.

Brigadas Populares que atuava em uma Frente de Juventude em uma ocupação urbana.

Após a pesquisa exploratória, a inserção no campo deu-se mediante a opção por algumas ferramentas condizentes com a proposta de pesquisa. Optamos por trabalhar com uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo em vista tratar-se de uma abordagem que “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2010, p. 57).

Um estudo desenvolvido com um coletivo de jovens que atuavam em uma ocupação urbana traz consigo suas especificidades, questões inerentes ao território, lutas e conflitos internos e externos. No início, na chegada à ocupação, várias pessoas questionavam a presença de um sujeito estranho ao lugar. Somente o tempo e o fortalecimento de uma relação mais próxima com os moradores permitiram transpor esse primeiro estranhamento. Com a visitação rotineira, participação em reuniões, assembleias e eventos, as diferenças foram, gradativamente, deixando de ser o ponto central da relação entre pesquisador e pesquisados.

A presença no campo deu-se por meio da observação participante, sendo essa uma forma singular de entender e compreender o ponto de vista dos pesquisados envolvidos no trabalho (TURA, 2003). É importante lembrar que essa não é uma observação isenta e envolve o pesquisador, que é parte de uma realidade social que o afeta, assim, a neutralidade é algo impossível (VIANNA, 2007). Embora a inexistência de neutralidade não inviabilize o uso dessa ferramenta, há que se considerar que o pesquisador é quem decide o que quer observar (MACHADO, 2002). A permanência do pesquisador no campo possibilita a observação e análise das atividades cotidianas no momento em que estão acontecendo, o que se mostra como algo realmente singular para uma pesquisa qualitativa. Sendo assim, a proposta foi a de acompanhar o cotidiano dos jovens nos momentos o mais diversificados possível (CARVALHO, 2003).

A partir daí, alguns jovens foram escolhidos para serem acompanhados com mais atenção, o critério de escolha perpassou a observação da atuação e envolvimento, bem como o exercício da liderança no grupo. Ao final, foram realizadas sete entrevistas. A pesquisa de campo teve a duração de um ano, de janeiro de 2013, inicialmente, com o estudo de cunho exploratório, até janeiro de 2014. Foram acompanhadas várias atividades desenvolvidas pelos jovens e com os jovens, tanto dentro da comunidade como fora dela, tais como reuniões, assembleias, festas, encontros, marchas, eventos culturais, ocupações de espaços públicos e passeatas.

Ao estudar essas experiências participativas, observamos que o foco central da luta empreendida por esses sujeitos era o direito à moradia, que repercutia em outras tantas questões relacionadas à juventude e que passavam a fazer parte do seu cotidiano e das suas vidas. Ancoramo-nos na hipótese de que essas experiências carregavam consigo um caráter formativo alicerçado nas práticas, vivências, relações, conflitos e movimentações que os jovens protagonizavam e em que estavam inseridos.

Um processo formativo que se deu em uma perspectiva ampliada, na dimensão do concreto, da vida vivida na desigualdade e na luta por superá-la. Experiências que denotaram outros papéis aos sujeitos envolvidos, para além dos estereótipos sociais de jovens, pobres, negros, moradores de uma ocupação (ARROYO, 2012). Ao centrar o olhar nas experiências de participação juvenil, buscamos compreender as suas dimensões formativas a partir de uma perspectiva também mais ampla acerca da educação, como formação humana. Acreditamos que, ao se engajarem em movimentos sociais e ações coletivas, os sujeitos inserem-se em experiências singulares e se capacitam a construir valores e conhecimentos a partir da sua prática social e do exercício reflexivo sobre ela, constituindo-se como atores sociais e apropriando-se de novos referenciais.

Sociedade contemporânea e movimentos sociais

A sociedade contemporânea alcançou um nível de complexidade que implodiu com a imagem fantasiosa de harmonia, de inexistência de conflitos e do cumprimento de papéis idealizada por Durkheim, no século XIX. As ideias principais desse autor giravam em torno da preocupação com o preparo das novas gerações para uma nova civilização. Ao analisar a importância do surgimento do individualismo na sociedade moderna, ele estava interessado em analisar a solidariedade social e moral que mantém a sociedade unida, evitando o caos. Durkheim (1955; 1984) atribui papel fundamental à educação, pois é através dela que os indivíduos aprenderão a ser e a estar em sociedade, ou seja, seria através da educação que as gerações adultas socializariam as novas gerações, garantindo uma determinada consciência coletiva na medida em que seriam transmitidas certas crenças, valores, ideologias e símbolos.

A imagem pretendida pela sociologia durkheimiana estabelecia que aos indivíduos cabia estarem preparados para cumprir determinados papéis sociais em prol do coletivo social e do bom funcionamento da própria sociedade. Nesse contexto, a mudança empreendida pelo indivíduo estava intimamente ligada a um processo evolutivo não definido pelas relações, pelas ligações com os outros indivíduos, pela procura racional dos meios, mas pela interiorização do seu lugar

no funcionamento da organização social. O processo de socialização constava, simplesmente, da assimilação de papéis por parte dos indivíduos (DUBET, 1994). Aos olhos de Durkheim, aqueles que não se adaptassem tinham que assumir esse problema como sendo de sua responsabilidade pela inaptidão ao convívio social, não sendo essa inaptidão uma questão decorrente da organização e do funcionamento próprios da sociedade. De acordo com Touraine, para Durkheim:

Na sociedade tradicional, o homem está sujeito a forças impessoais ou a um destino sobre o qual não pode interferir, principalmente sua ação que só pode tender a conformar-se com uma ordem concebida, pelo menos no pensamento ocidental, como um mundo racional que ele deve compreender. (TOURAINÉ, 2012, p. 217)

A atual conjuntura nos diz de uma realidade social entrecortada por fissuras, espaços vazios nos quais a socialização definitiva já não se apresenta como algo possível. Aos indivíduos não cabe apenas cumprir com um papel social, tendo em vista, inclusive, que esses papéis passam a ser questionados (LAHIRE, 2002; MARTUCCELLI, 2007).

Num conjunto social que já não pode ser definido pela homogeneidade cultural e funcional, pelos conflitos fulcrais e por movimentos sociais igualmente fulcrais, os actores e as instituições deixaram de ser redutíveis a uma lógica única, a um papel e a uma programação cultural de condutas. A subjetividade dos indivíduos e a objetividade do sistema separam-se: os movimentos sociais deixaram de ser sustentados pelas “leis da História” e por “contradições fulcrais”, as organizações surgem como construções e não como organismos funcionais, as condutas mais banais são interpretadas como estratégias e não como realização de papéis. (DUBET, 1994, p. 15).

Isso nos remete a uma crise da ideia de sociedade, que não é obrigatoriamente uma crise social, mas uma crise da vida social, o que faz com que a Sociologia apresente dificuldades em classificar as condutas sociais, antes tão estruturadas e determinadas (DUBET, 1994). Diante disso, torna-se perceptível que a imagem da sociedade como um organismo, homogêneo, estruturado, com funções determinadas, com um funcionamento harmônico dá lugar ao entendimento da sociedade como um sistema, que é dinâmico, heterogêneo, ininterruptamente construído e que resulta de jogos de interação, disputa, conflitos e estratégias dos indivíduos, que não se limitam às suas funções no sistema. Nesse sentido, a atual configuração social possibilita o distanciamento entre o sujeito e o sistema. Os sujeitos já não se identificam plenamente com um papel determinado. A experiência, que não é algo mecânico, materializa-se em uma construção ininterrupta, que se dá pela inserção em um processo de socialização mais amplo, de produção e de elaboração empreendidas pelo próprio sujeito. De acordo com Reis (2014, p. 29), “A

experiência social concebe uma atividade dos indivíduos, uma capacidade crítica e um distanciamento de si mesmos.”

Se a sociedade industrial, nacional e funcional, tinha nas relações de produção o coração da vida social, o que implica uma ordenação racional dos papéis (DUBET, 1994, p. 67), a sociedade pós-industrial é marcada por mutações nas relações políticas e econômicas, por um distanciamento entre indivíduos e sistema, pela importância da indústria cultural, saúde, educação, informação. Touraine (2012, p. 258) nos apresenta uma sociedade programada,⁴ que representa uma situação histórica particular, em que os sujeitos se afirmam na luta contra os poderes que almejam dominá-los em nome da razão.

Ao pensar mecanismos para entender nossa sociedade, Giddens (2002) traz à discussão um outro conceito para lidar com a complexidade que se apresenta. O autor nos diz de uma modernidade alta ou tardia que, segundo ele, é apocalíptica, não pela inevitável calamidade, mas por apresentar riscos que as gerações anteriores não tiveram que enfrentar. Essa sociedade envolve um processo de alteração na vida social de tal ordem que dois campos se interconectam, as influências globalizantes de um lado e as disposições pessoais do outro.

Segundo o autor, percebe-se uma diferença considerável em torno das instituições atuais se comparadas a formas anteriores de ordem social. O dinamismo da vida social aparece em uma medida capaz de interferir fortemente nos hábitos e costumes tradicionais e, com isso, causa impactos globais. Uma de suas marcas é a reorganização do tempo e do espaço, bem como o estabelecimento de relações sem lugares específicos, o que faz com que o “eu” tenha que ser construído reflexivamente, dados os contextos institucionais mais amplos e a diversidade de opções e possibilidades. Isso nos permite entender as experiências participativas e de militância como um processo no qual as lógicas e as estruturas sociais são pensadas e reformuladas pelos sujeitos à luz das suas vivências, experiências e práticas socioculturais.

Em outra abordagem, Bauman (2001), ao trabalhar com o conceito de modernidade líquida, nos apresenta uma sociedade na qual os sujeitos se liquefazem. Essa capacidade de liquidez remete ao fato de os líquidos não têm forma estabelecida e se moldam ao recipiente. Essa sociedade carrega consigo

⁴ Essa é uma sociedade marcada por transformações no decorrer do processo de modernização. É entrecortada por problemas de interesse coletivo (questões ambientais, desigualdade social, problemas urbanos) que suscitam estratégias de pressão às instituições políticas por meio do sujeito que passa a ocupar lugar central nos conflitos sociais.

uma dinâmica própria que envolve a emancipação do sujeito, mas também o ônus e o bônus decorrentes dela. Se a liberdade pode ser vista como bônus, a multiplicidade de oportunidades de escolha é o ônus, isso porque envolve também a responsabilização pelos atos e escolhas. Entretanto, podemos dizer que uma maior ou menor liquidez vai variar de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito.

Em relação ao tempo, a pluralidade de atividades faz com que as pessoas busquem por um dia com mais de 24 horas. A vida que é vivida instantaneamente, no presente, no agora, não dá conta da realização da infinidade de desejos, o que causa, em maior ou menor grau, a frustração. As relações sociais se estabelecem na mesma medida da liquidez, o que traz à baila uma nova dinâmica social fortemente influenciada pelo uso da rede internacional de computadores. É nesse contexto que podemos dizer de uma realidade social expandida a ponto de envolver todo o planeta.

Melucci (2001), ao tratar das sociedades complexas,⁵ nos diz de um sistema planetário, gerador de tensões e conflitos. O autor apresenta, em sua obra *O jogo do eu* (MELUCCI, 2004), a análise de uma sociedade global que se tornou o próprio planeta. Nessa sociedade, o acesso e o domínio da informação tornam-se fundamentais para a constituição dos sujeitos sociais e o ritmo acelerado da mudança multiplica a possibilidade de papéis que podem ser desempenhados.

No entanto, temos que considerar que informação, por si só, não é conhecimento (BONDÍA, 2002). Vivemos tempos em que a ânsia das pessoas está em saber de tudo, o mais rápido possível, sem qualificar o que se sabe. Informações efêmeras, esquecidas rapidamente, substituídas por outras informações que, também efêmeras, serão posteriormente substituídas. Um círculo vicioso que cria a falsa imagem de aquisição do conhecimento irrestrito ao acessar a internet via aparelho celular. Segundo o autor, para qualificar a experiência, há que se deixar sedimentar os acontecimentos, diminuir a volúpia

⁵ Essa é a expressão usada pelo autor para tratar da sociedade contemporânea. Essa sociedade, que é complexa por excelência, caracteriza-se pela presença de três elementos fundamentais: a) diferenciação, - expressa por múltiplos códigos e símbolos nas diferentes esferas da vida cotidiana e pela necessidade de dominar tais códigos para circular entre as várias esferas; b) variabilidade dos sistemas - relacionada à velocidade e à frequência das mudanças; e c) excedente cultural – referente ao conhecimento e à quantidade de informações colocadas à disposição dos atores. (MELUCCI, 1999)

do tempo em sua abrupta passagem e se permitir experimentar, provar, se expor ao risco, se transformar.

Esse é um contexto no qual o excesso de possibilidades pode ampliar ou restringir nossas oportunidades cognitivas e afetivas de acordo com nossas escolhas. É um mundo que vive a complexidade, a diferença e a incerteza, e que cobra dos seus indivíduos a capacidade de se moldar de acordo com as necessidades, sem perder a sua essência. Dessa forma, o indivíduo reescreve sua jornada e a jornada do mundo (MELUCCI, 2004).

Essa sociedade da qual estamos tratando é marcada também pela consolidação do sistema capitalista, hegemonicamente estabelecido, que expande para o mundo o agravamento das suas contradições e das desigualdades sociais. Uma sociedade alicerçada nos valores neoliberais, pautada pelo privilégio da organização econômica, pelo afastamento do Estado das questões de cunho social, pela manutenção da propriedade e pela ampliação da capacidade de acumulação. Tempos incertos em que as convicções alicerçadas no progresso já não são terreno seguro.

Esta conjuntura social faz com que seja necessário tratarmos também dos impactos ocorridos com os próprios movimentos sociais. Se, nas sociedades industriais, o movimento operário era o modelo de movimento social, agora, as coisas já não se mostram tão simples. Touraine (2006), ao tratar das fronteiras dos movimentos sociais, mostra que a imagem clássica de movimento alicerçado unicamente nos eixos político e econômico já não consegue dar sentido às variações de movimentos e ações coletivas atuantes na sociedade contemporânea. No entanto, o autor ressalta que, mesmo diante dessa dificuldade, a categoria movimento social continua sendo usada em função de sua importância histórica.

Estamos falando de ações coletivas que dinamizam as relações sociais, que ampliam os espaços de atuação e interação, inclusive por meio da internet. A rede de computadores torna-se uma ferramenta de articulação social que repercute diretamente no espaço público (CASTELLS, 2013; SCHERER-WARREN, LÜCHMANN, 2015). Essa é uma conjuntura na qual a quantidade de informações suplanta em muito a capacidade de assimilação do indivíduo e em que as pessoas sinalizam estarem mais abertas às questões culturais, da sociabilidade e do afeto, que passam a assumir cada vez mais a centralidade na vida dos sujeitos. Isso repercute diretamente em reconfigurações dos movimentos e ações coletivas, bem como em mudanças na atuação dos atores sociais. Consequentemente, percebem-se mudanças também nos cenários cultural, social e político. Estamos falando de ações coletivas que ampliam o espectro de possibilidades ao suplantarem a dimensão unicamente econômica e

a busca por um resultado concreto do sujeito inserido no sistema de produção. A busca é por mudar a própria sociedade, estabelecer novas formas de institucionalidade, baseadas na solidariedade. Experiências como as que o Fórum Social Mundial tem apresentado, desde o ano de 2001, podem servir para ilustrar tal contexto. Tendo como lema a frase “Um outro mundo é possível”, o encontro promove o diálogo de uma enorme diversidade de movimentos sociais, tendo como princípio fundamental o pluralismo de ideias (SCHERER-WARREN, LÜCHMANN, 2015). Isso só é possível porque a própria sociedade mudou. Não estamos tratando mais da sociedade industrial. A imagem de Estado Nação, apesar de não ter sido extinta, está fissurada, e não mais proporciona uma identidade monolítica. A identidade nacional se insere no próprio mundo e passa ser marcada pela diversidade dos vínculos, das identificações, repertórios e sentidos.

Tal realidade social não coloca fim aos movimentos sociais, mesmo porque “não há razão para dispensar o conceito” (TOURAINÉ, 2006, p. 22). A questão é saber fazer uso desse conceito de acordo com as ações coletivas a serem analisadas e a sociedade em questão. Nessa sociedade, na qual emergem conflitos de várias ordens (étnicos, religiosos, de classe, ambientais, sexuais, entre outros), o desafio é conseguir tornar inteligíveis as lutas dos sujeitos a partir da pluralidade das relações, que se tornaram mais horizontais e solidárias, bem como entender que a luta envolve o indivíduo em seus pertencimentos, sua afetividade.

Baquero e Baquero (2012), ao estudarem os novos padrões de participação dos jovens, afirmam que:

A constituição das identidades coletivas passa de parâmetros socioeconômicos e político-ideológicos (velho paradigma) para parâmetros ético-existenciais (novo paradigma), com a orientação da transformação pessoal como estratégia para influenciar mudanças nas condições de vida coletiva e a atuação local para atingir mudanças globais, com metas palpáveis a curtos e médios prazos em estruturas horizontais flexíveis, que respeitem a diversidade e a participação de todos no novo paradigma. (BAQUERO; BAQUERO, 2012, p. 23)

Abre-se a possibilidade de, na atual conjuntura, os novos padrões de participação conviverem com as matrizes clássicas das lutas sociais de que nos falava Touraine (2006). Por mais que o conceito marxista de lutas de classe não dê conta de abarcar toda a complexidade das experiências apresentadas, podemos dizer que, na sua dinâmica própria, alguns coletivos juvenis têm bebido

nas fontes dos movimentos clássicos, sem a pretensão de reproduzir sua lógica. Com isso, os conflitos oriundos dessas múltiplas desigualdades, agravados por uma desigualdade social que se multiplica no mundo, passam a ocupar lugar de destaque.

Indivíduo, sujeito e ator

No contexto anteriormente apontado, e diante da complexidade que envolve a realidade social contemporânea, é importante também delimitarmos o entendimento em torno de conceitos como indivíduo, ator e sujeito. Em uma realidade social na qual as questões da sociabilidade, do afeto e do pertencimento assumem a centralidade da vida cotidiana, tais conceitos serão de grande valia. De acordo com Touraine (2012, p. 220), “os três termos: indivíduo, sujeito e ator, devem ser definidos pela relação de uns com os outros.”

Em se tratando do indivíduo, uma entre as tantas possíveis concepções é vê-lo como marcadamente moderno. Se fizermos uma reflexão em torno da origem do conceito, perceberemos ela é muito anterior ao advento da Modernidade. Louis Dumont (1993) nos diz que a concepção de indivíduo nasce da religião, por isso ele usa o termo gênese para orientar o seu trabalho. O autor trata de uma sociedade holística, que envolve o todo e na qual não é possível separar sociedade e indivíduo. Nesse cenário, só se é indivíduo fora do mundo, ao desprezar as questões de ordem material e assimilar as questões da ordem do sagrado.

O indivíduo, na Modernidade, era usado para se referir àquele que, socializado, assumiu um papel na organização social, sendo tratado como personagem de um romance (MARTUCELLI, 2007). Há um vínculo entre sociedade e indivíduos, não havendo a possibilidade da existência deles que não seja em relação àquela. Contudo, a conjuntura social contemporânea, anteriormente mencionada, mostra um afastamento, uma separação entre indivíduo e sociedade (TOURAINÉ, 2012), o que complexifica as questões para a Sociologia. O conceito de indivíduo que ora se apresenta está intimamente ligado ao conceito de liberdade. Como legado da Revolução Francesa, as questões em torno de ser indivíduo estão intimamente ligadas ao fato de ser livre.

Daniilo Martuccelli (2007), em sua obra clássica, Gramática do indivíduo, afirma que o Ocidente nos apresenta um ideal de indivíduo como dono e senhor de si mesmo, sujeito autônomo, independente, que tem autocontrole e é capaz de se expressar. Entretanto, tratar de autonomia não pressupõe anular a dependência desse indivíduo para com o mundo, mas implica reconhecer a sua

capacidade de transformar o mundo e seu significado, o que faz com que a dependência seja reformulada pelo próprio indivíduo.

Há que se considerar que não há indivíduo fora do social. Quando falamos de indivíduo, estamos tratando da singularidade, de alguém que, inserido na realidade social, vive determinados papéis, questiona outros, que se constitui por meio suportes na relação com o outro. Abre-se a esse indivíduo a possibilidade de exercer a sua subjetividade, de construir um espaço da representação de si, de se conscientizar de seu distanciamento do mundo através da reflexividade.

Reis (2014), ao estudar os modos de socialização e individuação em experiências em rede, dialoga com Martuccelli no sentido de avançar na compreensão do processo de individuação. Segundo a autora, cada indivíduo é fruto de diversas experiências de socialização e esses processos, em si, são também processos de individuação, ou seja, “as instituições não se limitam a exercer imposições aos indivíduos, mas avistam-se também com recursos que os sujeitos precisam aprender a mobilizar eficazmente, em outras palavras, elas são coercitivas e facilitadoras.” (REIS, 2014, p. 29) Podemos entender a individuação como o processo de fabricação dos indivíduos que, na singularidade de suas trajetórias individuais, buscam se tornar sujeitos, ou seja, a maneira particular como cada um resolve os seus desafios nos processos de socialização e na construção de sua singularização.

Ao trazermos para a discussão o conceito de ator, não nos desprendemos do conceito de indivíduo, tendo em vista que o ator social nos remete a um indivíduo que age socialmente, que tem uma ação no contexto de uma dada realidade social. A ação pressupõe interação, uma vez que o “eu” precisa do “outro”. Para tal discussão, convido Bernard Lahire (2002, p. 10), com cujos apontamentos compactuo. Ele aponta que não se trata do desenvolvimento da metáfora, com uma peça teatral, mas de fazer uso de uma rede coerente de termos como: ator, ação, ato, atividade, ativar, reativar. Nesse contexto, os jovens militantes em movimentos sociais são indivíduos que, ao agirem socialmente, demonstram sua potencialidade como atores no desenvolvimento de suas ações no interior da própria sociedade; com isso, esses jovens promovem situações que interferem diretamente em seu meio e na sua forma de pensar sobre si mesmo.

O ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais. (TOURAINÉ, 2012, p. 220-221)

As afirmações do autor caminham no sentido de nos permitir entender as experiências vividas na militância e na experiência participativa como uma forma de construir um distanciamento para com o sistema social a partir da realidade em que nos encontramos inseridos. Distanciamento esse que se consolida pela não identificação com papéis sociais pré-estabelecidos e que repercute em ações desenvolvidas pelos jovens como forma de intervenção. Os indivíduos tornam-se atores, mediados pela sua condição de sujeitos que constroem, reflexivamente, a sua visão acerca das experiências, práticas sociais e culturais, estruturas e relações sociais.

Zemelman (2006) aponta o resgate do sujeito é um desafio epistemológico. Isso por envolver questões referentes à construção do conhecimento a partir do lugar em que se situa, o que faz com que a realidade se torne um conjunto desses potenciais espaços de conhecimento. O sujeito assumir a centralidade no processo de questionamento da sociedade é uma forma de construção e interpretação do mundo e reclama para si a dimensão subjetiva, que passa por um posicionamento político diante da realidade social, é “o apelo à transformação do Si-mesmo em ator” (TOURAINÉ, 2012, p. 223). O sujeito nos remete a um processo de resistência ao poder autoritário em um esforço que une desejos, necessidades pessoais e a consciência de pertencimento.

O indivíduo não se torna sujeito separando-se do Si-mesmo, a não ser que se oponha à lógica de dominação social em nome de uma lógica da liberdade, da livre produção de si. É a recusa de uma imagem artificial da vida social como máquina ou organismo, crítica feita, não em nome de princípios transcendentais – Deus, a razão ou a história –, mas em nome da livre produção de si-mesmo que leva a afirmar o sujeito e seus direitos em um mundo onde o ser humano é transformado em objeto. (TOURAINÉ, 2012, p. 247-248)

Diante disso, ao tratarmos do sujeito, não estamos tratando de individualismo, haja vista que, se fizermos dele o princípio geral da definição de sociedade, estaremos reduzindo a realidade ao modelo liberal/mercantil. A sociedade, segundo Touraine (2012), não é nem individualista, nem holista, mas é, sim, uma rede de relações de produção e poder. Falar de sujeito envolve tratar da historicidade, da vida social, das ações e das mudanças nas relações que se estabelecem, trata-se de uma vontade do indivíduo em ser produtor e não somente consumidor de sua experiência individual e de seu meio ambiente social.

O exercício de entender os conceitos de sujeito, indivíduo e ator caminham no sentido de nos auxiliar na construção de uma outra categoria de análise, os sujeitos coletivos. Tal noção remete à elaboração de uma identidade,

que é coletiva e que é construída mediante traços comuns e projetos dos sujeitos envolvidos no movimento social. Sader (1988, p. 55) nos ajuda quando diz que entende a noção de sujeito coletivo como “sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.” O aspecto da coletividade dos sujeitos é também tratado por Caldart (2012), considerando que é na coletividade que se produzem as raízes do movimento e, conseqüentemente, a sua luta, ou seja, quanto mais enraizado na sua coletividade, mais o sujeito poderá ser educado por ela.

A busca por entender a experiência como formação

As experiências de formação do sujeito estão para além das instituições clássicas e os movimentos sociais são atos privilegiados para a produção e apropriação de conhecimentos e posicionamentos que, na maioria das vezes, não são valorizados pela própria sociedade (ARROYO, 2011, 2012). O sujeito que participa e atua em movimentos sociais e ações coletivas apropria-se de valores e conhecimentos advindos da sua prática social e do exercício reflexivo sobre ela e, com isso, torna-se um ator social que se apropria de novos referenciais, que faz uso de um campo relacional mais amplo, que tem acesso a uma gama maior de informações, construindo visões de mundo que podem ser mais amplas ou mais restritas.

Em concomitância com as discussões em torno da participação e dos movimentos sociais, o conceito de experiência emerge de maneira fulcral. Para tal discussão, recorreremos aos estudos empreendidos por François Dubet (1994), em sua obra *Sociologia da experiência*, em diálogo estabelecido com contribuições de outros autores em relação ao tema.

O autor, ao estudar a experiência, sinaliza uma dupla designação, que se dá simultaneamente. Ela envolve um tipo de objeto teórico, bem como um conjunto de práticas sociais características de nossa sociedade. A rigor, o autor estuda a ação social dos indivíduos para lidar com questões de ordem empírica, cotidiana, prática, o que nos remete à capacidade dos sujeitos de agir para adequar e intervir no mundo em que estão inseridos, para além dos papéis sociais.

Assim, nota-se que é através nossa experiência que construímos e nos apropriamos do mundo e esse processo envolve um aprendizado decorrente da ação e das interações sociais que se estabelecem. Segundo o autor, a noção de experiência social “designa as condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos, e pela atividade dos indivíduos

que devem construir o sentido das suas práticas no próprio seio da heterogeneidade.” (DUBET, 1994, p. 15)

Nesse trabalho, o autor recorre à metáfora da peça teatral para tratar distanciamento estabelecido entre os indivíduos e os papéis sociais, para nos mostrar que esses papéis são passíveis de serem questionados. O ator não decora o papel que irá representar, mas improvisa, questiona a direção e o texto, abre a possibilidade do novo, do inusitado, em um processo auto-reflexivo. É exatamente esse questionamento, esse distanciamento do social, que torna o indivíduo um sujeito. Dubet chama-nos a atenção para nuances do conceito de experiência social, que

Forma-se no caso em que a representação clássica da “sociedade” já não é adequada, no caso em que os atores são obrigados a gerir simultaneamente várias lógicas de ação que remetem para diversas lógicas do sistema, que já não é então “um” sistema, mas a co-presença de sistemas estruturados por princípios autônomos. (DUBET, 1994, p. 94)

Nesse sentido, a experiência pressupõe, intrinsecamente, a ação do sujeito nela envolvido, mas não se restringe à ação como algo mecânico.

A experiência social, na medida em que a unidade não é dada, gera necessariamente uma atividade dos indivíduos, uma capacidade crítica e uma distância em relação a si mesmos. Mas a distância em relação a si, aquela que torna o ator em sujeito, é, ela própria, social, ela é socialmente construída na heterogeneidade das lógicas e das racionalidades da ação. (DUBET, 1994, p. 94)

Tais considerações permitem inferir que a experiência perpassa por aspectos práticos, bem como por aspectos relacionais. Nessa lógica, sua dinâmica caminha no sentido de fomentar o conhecimento crítico do sujeito em relação à sociedade e a si mesmo. Ao dialogar com os estudos de Dubet, Wautier (2003, p. 181) esclarece que a experiência é uma “maneira de construir o mundo ao mesmo tempo subjetiva (é uma ‘representação’ do mundo vivido, individual e coletiva) e cognitiva (é uma construção crítica do real, um trabalho reflexivo dos indivíduos que julgam sua experiência e a redefinem).” Acreditamos que a vivência da experiência passa pelo ato de experimentar, pela tentativa, pelo acertar e errar e, conseqüentemente, pela construção de aprendizados e conhecimentos decorrentes dessa trans/formação que se mostra inerente ao próprio processo.

Todavia, a experiência não pode ser entendida, simplesmente, como a vivência, como uma maneira de sentir. No intuito de aprofundar a discussão em torno da experiência, recorreremos aos estudos de Thompson (1987). Mesmo ao tratar da experiência a partir de um referencial específico, uma perspectiva que ainda parte de um recorte marxiano, o autor traz contribuições importantes para

entendermos os movimentos sociais a partir da dimensão da cultura. Thompson aborda a dimensão da classe como uma construção social, que é produzida a partir das experiências dos sujeitos inseridos na cultura.

Ao discutir o conceito de experiência em sua obra *A formação da classe operária inglesa*, Thompson apresenta o conceito de fazer-se (making). Isso para dizer do processo de construção da própria história por parte dos indivíduos trabalhadores que, vivendo aquela sociedade industrial, conseguem estabelecer ideias e interesses comuns, de classe, por meio de experiências e conflitos cotidianos. Entretanto, temos a considerar que existem mais coisas imbricadas nesse processo e que, nesse “fazer-se”, percebemos também questões de ordem identitária, que perpassam a cultura e remetem a uma pedagogia da classe trabalhadora nascida no exercício da experiência de classe. Para o autor, a noção de experiência implica reconhecer os sujeitos como reflexivos que, com suas ações, põem a história em movimento:

Os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro desse termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagônicos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1987, p. 182)

Para o autor, há uma distinção importante a se fazer entre o que é vivido e o que é percebido pelos indivíduos, “a experiência é exatamente o que constitui a articulação entre o cultural e o não cultural, a metade dentro do ser social, a metade dentro da consciência social. Talvez pudéssemos chama-las experiência I – a experiência vivida – e a experiência II – a experiência percebida.” (THOMPSON, 1987 apud BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA, 2010, p. 49). Diante disso, entendemos que toda experiência envolve uma vivência, mas a vivência não significa obrigatoriamente experiência, tendo em vista que a experiência pressupõe uma atividade cognitiva de construção do real, uma maneira de experimentar o real que se dá por meio de categorias do entendimento e da razão. Contudo, temos a considerar que não se trata de um processo unicamente racional e atentar para o fato de que a experiência e a vivência não são campos estanques e herméticos. Apesar de serem diferentes, nesses campos existe uma intersecção que pertence a ambos. É nessa intersecção entre vivência e experiência que podemos falar da emergência do subjetivo em cada ator envolvido nesse processo.

Nesse sentido, há que se considerar que a ação não se reduz a decisões racionais, mas questões de outras ordens estão envolvidas, tais como os amores,

as frustrações, as emoções, as lembranças. As condutas do sujeito encontram-se diluídas no fluxo contínuo das interações sociais. Portanto, a experiência social é definida pela combinação de várias lógicas de ação, que só têm sentido se conseguirmos perceber que o ator não está totalmente socializado, ou seja, se entendermos que não há uma adequação completa entre a subjetividade do ator e a objetividade do sistema.

Cada experiência social resulta da articulação de três lógicas de ação: a integração, a estratégia e a subjetivação. Cada actor, individual ou coletivo, adopta necessariamente três registos da ação que definem simultaneamente uma orientação visada pelo actor e uma maneira de conceber as relações com os outros. Assim, na lógica da integração, o actor define-se pelas suas pertenças, visa mantê-las ou fortalecê-las no seio de uma sociedade considerada então como um sistema de integração. Na lógica da estratégia, o actor tenta realizar a concepção que tem dos seus interesses numa sociedade concebida então “como” mercado. No registo da subjetividade social, o actor representa-se como sujeito crítico confrontado com uma sociedade definida como um sistema de produção e dominação. (DUBET, 1994, p. 113)

Caminhando no sentido de melhor entendermos a experiência, é importante tratarmos das três lógicas de ação mencionadas pelo autor. A lógica da integração remete à impossibilidade do indivíduo de se desprender do social, mesmo que ele seja passível de estranhamento e crítica. O indivíduo somente existe em relação ao social, todavia, define-se e se apresenta aos outros pelo seu pertencimento, sua posição, aquilo que ele vive. Isso gera o que podemos chamar de uma identidade integradora, que se define em relação ao outro, pela sua diferença e estranheza: “Eu necessito do outro para definir a mim mesmo, até para delimitar o que eu não sou.”

Nesse aspecto, o conflito e a disputa reforçam não só os antagonismos, mas também o sentimento de pertença a essa sociedade. A cultura é definida em termos de valores e, quando eles estão ameaçados, a identidade dos indivíduos fica diretamente comprometida. Podemos inferir que não há uma integração total, como também não há uma socialização total, e a lógica da integração se dá, exatamente, nesse processo de aproximação e distanciamento, de pertencimento e estranheza.

Em se tratando da lógica da estratégia, o ator lida com um processo no qual cria competências, mecanismos e estratégias pelos quais consegue fixar suas identidades e delimitar o lugar do outro, bem como buscar por seus interesses, individuais ou coletivos, por meio das relações sociais de concorrência e rivalidade, na luta por algo que está em jogo e que é valorizado por ambos. É marcada pela utilidade e pressupõe disputa entre “nós” e os “outros”. A estratégia depende da capacidade de negociação e o “outro” não é

apenas um obstáculo, mas é também um recurso, o que explica alianças e rivalidades, mediante o objetivo a ser alcançado. De acordo com Dubet (1994), só se deseja o que também é desejado pelo outro.

Nesse sentido, a subjetivação marca o distanciamento entre o indivíduo e o sistema, A figura do sujeito assume papel central em um processo pelo qual a sociedade torna-se passível de críticas e questionamentos. O que nos permite dizer que o sujeito está sempre, parcialmente, “fora do mundo”, por meio de uma identidade formada na tensão com o próprio mundo. Em uma sociedade na qual as relações sociais podem ser percebidas como obstáculos ao reconhecimento e à expressão de sua subjetivação, ela remete a uma forma singular de construção do social que é ininterrupta e complexa, na qual os sujeitos constroem atitudes de autodefesa através uma racionalidade instrumental e se negam a cumprir os papéis que lhes são determinados.

Nesse contexto, o conceito de *práxis* pode ser de grande valia. O termo varia, de acordo com o tempo e os autores que o utilizam. O conceito de *práxis* social, para Vázquez (2007), diz respeito a uma atividade que está concatenada à consciência e tem como objetivo a intervenção e a transformação da realidade na qual se está inserido. A *práxis* está vinculada aos fins que se querem alcançar mediante uma situação real.

A *práxis* social é a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e a direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de *práxis* é justamente a atividade política. (VÁZQUEZ, 2007, p. 231)

Sendo assim, a experiência de participar/militar, no contexto de atuação dos jovens envolvidos em movimentos sociais, é algo que envolve a produção de valores e significados em uma relação dinâmica entre os sujeitos, com os seus anseios, divergências e tensões, diante da realidade social. A ação do jovem é perpassada pelas condições vividas por ele. Sua atuação na sociedade envolve, portanto, as experiências do cotidiano. Ele não se forma para o mundo, mas se forma no mundo (FREIRE, 2011).

Um diálogo estabelecido com a obra de Thompson (1981) nos leva a entender que as experiências vividas pelos jovens em organizações e movimentos de ação coletiva promovem a construção de uma “consciência afetiva e moral”. O autor compreende a experiência como ferramenta singular para a construção de valores, de visão de mundo e de posicionamento diante da realidade social.

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem nas nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria. (THOMPSON, 1981, p. 194)

As experiências vividas por jovens em organizações e movimentos de ação coletiva ganham sentido à medida que são vivenciadas. O próprio processo de vivência envolve uma mudança no pensamento, uma formação humana que, de acordo com Arroyo (2011, p. 246), “é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, terra, transporte, [...] de alimentação, de segurança.” Nesse mesmo sentido, Eder Sader (1988) nos diz das experiências como construções que identificam interesses, constituem coletividades políticas, sujeitos coletivos e movimentos sociais a partir das condições vividas.

Ainda tratando das experiências sociais construídas na inserção e atuação em movimentos sociais, Roseli Caldart (2012, p. 43-44), ao estudar a Pedagogia do Movimento Sem Terra, traz contribuições importantes. A autora chama a atenção para a experiência de sujeitos concretos, em uma luta social, intencional e política, uma experiência humana total que se estabelece na relação com a dinâmica da luta social contemporânea. Nesse aspecto, a autora diz de um princípio educativo que envolve sujeitos sociais inseridos em uma luta coletiva para a garantia da própria existência por meio da transformação de um modelo de sociedade desigual. Uma pedagogia de luta, que se desenvolve e se consolida ao lutar.

Em suma, podemos dizer da experiência como uma construção complexa, tensa e que envolve o sujeito e o sistema social no qual ele se insere. Nesse sentido, a experiência social implica um processo de conscientização, de formação do sujeito, de construção da capacitação crítica, entrecortado por relações sociais que se estabelecem nas disputas, aproximações e afastamentos de uma realidade social heterogênea passível de estranhamento e questionamento.

Referências

ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos que aprender dos movimentos sociais? In. NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; MIRANDA, Shirley Aparecida de (Orgs.). *Miguel González Arroyo: um educador em diálogo com o nosso tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

- ARROYO, Miguel. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? *Revista Em Debate*, v. 4, n. 8, nov. 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. *Edward P. Thompson: história e formação*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 19, jan. / abr. 2002.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CARVALHO, Marília Pinto de. Um lugar para o pesquisador no cotidiano da escola. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DUBET, François. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- DUMONT, Louis. *Ensaio sobre individualismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.
- DURKHEIM, Émile. *Sociologia, educação e moral*. Porto: Rés, 1984.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GIDDENS, Antony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- LAHIRE, Bernard. *Homem Plural*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MACHADO, Marília Novais da Mata. *Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado*. Belo Horizonte: Editora Com Arte, 2002.

MARTUCCELLI, Danilo. *Gramáticas del individuo*. Buenos Aires: Editora Losada, 2007.

MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. Pedregal de Santa Tereza: Centro de Estudos Sociológicos, 1999.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. *O jogo do eu*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2010.

REIS, Juliana Batista dos. *Transversalidade nos modos de socialização e individuação: experiências juvenis em rede*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2014.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Repertórios de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre movimentos sociais no Brasil. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Orgs.). *Movimentos Sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *A experiência contemporânea da política entre os jovens do Sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos Movimentos Sociais. *Revista Sociedade e Estado*. v. 21, n. 1, p. 17-28, jan/abr 2006.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2012.

TURA, Maria de Lourdes Rangel. A observação no cotidiano escolar. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). *Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIANNA, Heraldo Marelím. *Pesquisa em Educação: a observação*. Brasília: Liber Livros, 2007.

WAUTIER, Anne Marie. *Para uma sociologia da experiência*. Uma leitura contemporânea: François Dubet. *Sociologias*. Ano 5, n. 9, 2003.

ZEMELMAN, Hugo. Sujeito e sentido: considerações sobre a vinculação do sujeito ao conhecimento que constrói. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2006.

Recebido em: 24/05/2018

Aprovado em: 19/06/2019